

THE DEATH AND LIFE OF THE GREAT
AMERICAN
School System

How Testing and Choice Are Undermining Education

REVISED AND EXPANDED

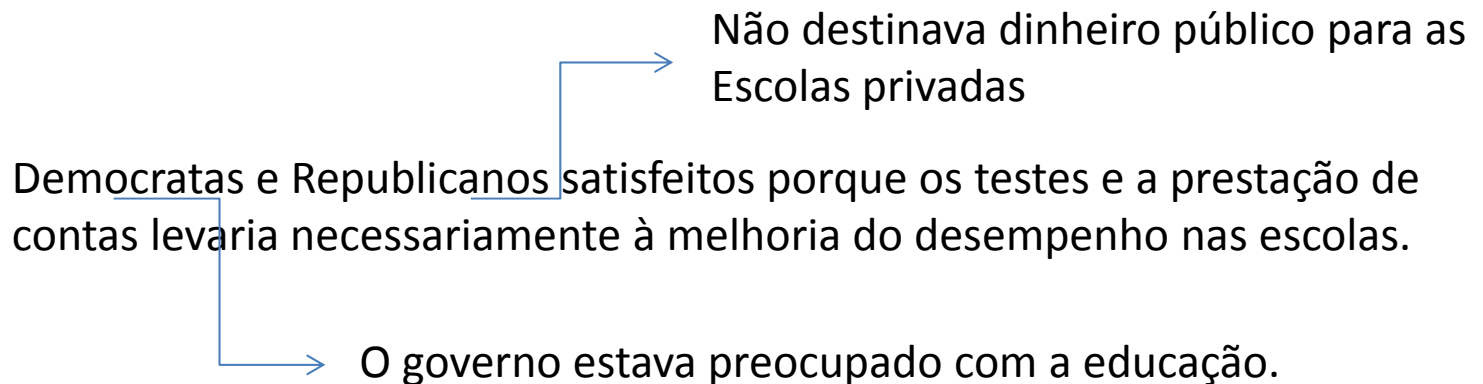
"Ravitch's critique is an essential one—passionate, well considered, and completely logical." —*Time*

DIANE
RAVITCH

NCLB: Medir e Punir

George W Bush – posse 2001

NCLB: Assinado em 8/01 de 2002 – 1.100 pag.



* Se não tivesse um acordo entre republicanos e democratas sobre a necessidade de prestação de contas o NCLB não teria se tornado lei.

NCLB: Medir e Punir

Antecedentes:

Em 1988, o Presidente George H W Bush disse que queria ser o “Presidente da Educação”.

Muitos governadores se elegeram com este discurso.

- O presidente Bush (pai) lançou o Programa América 2000, em 1991. (...)
- Clinton tentou fazer um sistema de normas nacionais e exames nacionais, mas foi impedido pelos republicanos no Congresso.
- A situação do Texas.

NCLB: Medir e Punir

Recursos:

1. Os estados podiam escolher seus próprios testes e podiam definir por si mesmo a “Proficiência”.
2. A escolas públicas que recebem verbas federais tinham que aplicar testes do 3º ano anualmente, separando os resultados por etnia e renda.
3. Todos os estados estavam obrigados a estabelecer prazos para mostrar como seus alunos alcançariam proficiência em leitura e matemática. (2º a autora impossível)
4. As escolas ou distritos deveriam fazer “progresso anual adequado ” (AYP) (estadual), para ver seus progressos.
- 5 . A escola que no primeiro ano que não alcançasse a AYP seria advertida. No segundo ano seus alunos poderiam pedir transferência e ter seu transporte pago para outra escola mais distante. No 3º ano teria que oferecer aulas de reforço a seus alunos. No 4º ano sofreria sanções corretivas.
6. As escolas que fossem levadas a última opção poderiam tornarem-se uma escola *charter*, substituir o diretor e o pessoal, controle por uma instituição privada, ser controlada pelos estado.
7. Todos os Estados deveriam participar da Avaliação Nacional e Progressão Educacional (NAEP) de 2 em 2 anos com alunos do 4º e 8º anos.

2º a autora, embora estive contido coisa tal como a qualificação de professores toda a ênfase foi dada nos testes nas cobranças (*accountability*)

NCLB: Medir e Punir

- Alguns Estados reclamavam que a verba era insuficiente. (Mas,...)
- Houve protesto contra os teste por parte de alguns setores.
- A autora diz que o apoio dela durou até novembro de 2006, quando um grupo de estudiosos se reuniu no American Enterprise Institute para discutir os fracassos do NCLB. Os pontos discutindo foram:
 - Os deptos de Educação estavam saturados com as burocracias da lei. (Foram se perdendo em tanta burocracia).
 - Os alunos não estavam trocando de escola. (os pais não tinham conhecimento suficiente sobre isso). (Os pais não foram bem informados ou achavam devem melhorar ali)
- Enquanto muitos apostavam que os pais estavam loucos para transferirem seu filhos de escola os 4 primeiros anos do NCLB, demonstraram o contrário.
- As aulas de reforço dadas por empresas privadas ganharam poucas adesões, mas mesmo assim eram bastante lucrativas., sendo que as empresas de tutoria geralmente ofereciam vantagem aos pais para colocarem seus filhos no programa.
- Foram montadas empresas que faturavam milhões de dólares dos governos para fazer reforços e aplicar testes, mas os resultados para os alunos e pais eram quase que imperceptíveis. Nestas empresas existiam muitas pessoas com antecedentes criminais.

NCLB: Medir e Punir

No painel que a autora coordenou ela sugere que o governo federal é que deveria fazer os teste e fornecer os dados para os estados e não o contrário. (101,102)
Ela diz que percebeu o quanto estava errado os incentivos e sanções e de como isto contribuía para a privatização da educação.

-A grande questão é como que alunos com realidades tão díspares chegariam até 2014 com 100% proficiência?

-Distinção entre “competência” e “alfabetização mínima”. (102-103)

- Segundo a autora, a Avaliação Nacional do Progresso Educacional (NAEP) aplicada desde a década de 1990 toma como referência 4 níveis de desenvolvimento:

1. “abaixo do básico”, que significa que o aluno é incapaz de dominar os conteúdos da sua série;
2. “básico”, o aluno dominou parcialmente as expectativas para sua série;
3. “proficiente”, o aluno dominou completamente o conteúdo da sua série;
4. “avançado”, em que o aluno vai além que seja proficiente.

NCLB: Medir e Punir

Segundo a Navitch o NAEP de 2007, 33% dos alunos da 4ª série ficaram em “abaixo do básico” no quesito leitura; 34% ficaram no “básico”; 25% ficou no “proficiente” e 8% no “avançado”.

No mesmo ano, os alunos da 8ª série, ficaram, no quesito leitura, 28% “proficiente” e 3% ficou no avançado.

A autora pergunta: como esperar que num país onde apenas 1/3 dos alunos chegam a “proficiência”, cheguem em 2014 com 100% de proficiência?

A meta de 100% estabelecida pelo governo é uma aspiração, uma promessa de políticos. As escolas serão incapazes de atingir o impossível. É como dizer que o ar estará totalmente puro em 2014. A meta de 100% em 2014 só fez colocar as escolas públicas dos Estados Unidos na mira da privatização. (104) (Escolas foram fechadas em Nova York, Chicago, Washington, para atender as exigências do NCLB, e superintendentes nestes lugares se gabavam de tê-las fechado como se fosse uma medalha de honra e não a admissão de uma derrota)

Referindo-se aos autores Finn e Hess que fizeram um estudo sobre o NCLB, estes afirmam que a inatingível meta de 100% atrapalharia Estados que vinham fazendo um trabalho razoável na educação para resolver problema específicos. (103)

NCLB: Medir e Punir

Na medida que 2014 se aproxima e as escolas não conseguem alcançar avançar de acordo com os índices do NCLB, as datas das provas são adiadas , as metas de notas rebaixadas, as provas mais fáceis para evitar a falência total, muitos não conseguiram atingir a proficiência no progresso anual adequado (AYP).

Nas escolas onde se tentou manter o alto padrão o fracasso foi certo. (104)

Cada vez mais escolas tornam-se *charter*, passam ao controle do Estado, passam ao controle privado ou sofrem grande privatização. O que não garante em nada a melhoria na qualidade da educação. (104)

Os remédios para as escolas de baixo desempenho não melhoram com os remédios da NCLB.

Muitos distritos contrataram “turnaround specialists”, para tentar melhorar a situação mas eles não obtiveram sucesso.

NCLB: Medir e Punir

A autora escreve que talvez a única saída possível seria mudar os estudantes com baixo desempenho pelo de alto desempenho. O que de uma certa forma acontece, a escola é fechada, abre com outro nome, com novos projetos e novos alunos. Esta estratégia na verdade camufla a realidade e ao dispersar os alunos de baixo desempenho finge que eles não existe e isto nada tem a ver com o “não deixando nenhum para trás”. (104-105).

A maioria dos Estados buscam formas para fingirem que cumprem a meta impossível. Como a lei deixou que cada Estado estabelecesse suas próprias normas, escolher seus próprios testes e definir a competência que quisesse, muito estados relatavam bons progressos quase todos os anos. O Estado do Mississippi, por exemplo, alegou que 89% de seus alunos na 4ª série média ou acima de proficiência em leitura, mas

NCLB: Medir e Punir

de acordo Avaliação Nacional e Progressão Educacional (NAEP) apenas 18% estavam na média de proficiência.

A questão é que a definição de proficiência varia de Estado para Estado e uma aluno que se saiu muito bem em um Estado pode se sair muito mal em outro.

Além disso existe um desleixo muito grande por parte das empresas contratadas para fazerem os testes e problema maior é que os diretores escolares e professores têm que se orientar por eles.

Ravitch aponta que uma das consequências não intencionais da NCLB foi a redução do tempo disponível para ensinar qualquer coisa diferente de leitura e matemática. O resultado nos testes tornou-se uma obsessão. Os professores utilizam testes dos anos anteriores para preparar os alunos.

Outras disciplinas como ciências, estudos sociais e artes perderam lugar para a matemática e o inglês.

NCLB: Medir e Punir

Em entrevistas de pesquisas professores disseram que os alunos sabem mais de técnicas como eliminar questões erradas em testes de múltipla escolha que assuntos de história ou geografia. E ainda, que os diretores pressionam os professores para que coloquem a educação em segundo lugar e os testes em primeiro.

No Estado do Texas que foi o modelo para o NCLB os alunos iam até bem nas questões de múltipla escolha mas quando lhes foi solicitado que uma resposta escrita sobre um texto eles simplesmente não souberam se expressar. (p.108)

Como disciplinas como ciências, estudos sociais e artes tiveram seus tempos reduzidos drasticamente, segundo Ravitch, a qualidade da educação foi reduzida, bem como a qualidade de vida das crianças, a qualidade de vida na escola e até mesmo o desempenho nos testes. A conclusão que ele chega é de que “Ironicamente a preparação do teste não é sempre a melhor preparação para fazer testes” (p. 108)

NCLB: Medir e Punir

2ª a autora, a NCLB era uma lei punitiva com base em pressupostos errados em como melhorar as escolas. Uma lei que achava que expondo as escolas e seus profissionais iria obter deles uma reação positiva. Uma lei que achava que pontuações baixas eram causadas por professores e diretores preguiçosos que precisavam ter seus empregos ameaçados.

O teste não é um substituto para o currículo e a instrução. Boa educação não pode ser alcançada pela estratégia de testar crianças, envergonhando educadores e fechando escolas. (p. 110-111)

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO E QUASE MERCADO NO BRASIL

<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a07v2484.pdf>

SANDRA ZÁKIA LIAN DE SOUZA*

ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA**

... o debate sobre *charter schools* nos Estados Unidos é feito concebendo essa alternativa como uma formulação diferente da dos *vouchers*, estes sim típicos da esfera do mercado. As *charters* seriam organizações destinadas a melhorar o controle social sobre a oferta dos serviços escolares por parte dos usuários, criando um controle externo indutor de melhorias sem, no entanto, privatizá-los, ao mesmo tempo em que propiciam mais participação da comunidade na conformação de seu perfil, pois a ameaça da “saída” dos alunos funcionaria como importante indutor de aperfeiçoamento.

Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação

Álvaro Hypólito.

http://www.ufpel.edu.br/fae/ppge/arquivos/File/alvaro_hypolito/Revista%20RBPAE%20%2824-1%29-Hypolito.pdf

O Aperfeiçoamento do Sistema Gerencial reúne “os componentes voltados para a reformulação dos métodos gerenciais da escola e da sua relação com o órgão central” (SEE/MG, 1993, p. 4). Nele são previstas atividades que forneçam tanto metodologias para identificação da solução de problemas, quanto equipamentos considerados indispensáveis à independência administrativa da escola (SEE/MG, 1993, p. 4). Este subprojeto inclui também um Programa de Avaliação Educacional da Escola Pública em Minas Gerais, cuja função é fornecer informação para fixação dos objetivos da escola e os parâmetros para medição dos seus resultados na prestação de contas que oferecerá a sua comunidade.

DEIXANDO AS CRIANÇAS PARA TRÁS: a Educação Urbana, as Políticas Pedagógicas e as Máquinas do Capitalismo Transnacional

Autor: Dennis Carlson

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol4iss2articles/carlson.pdf>

O artigo discute práticas educativas no contexto das reformas educacionais conservadoras e progressistas. Partindo da análise de um projecto de renovação educacional democrática numa escola secundária do Cincinnati, em Ohio, em meados dos anos 90, o autor debate a experiência à luz de seus aportes marxistas e pós-estruturalistas, em que articula as contribuições de Gramsci, Foucault e Guattari na busca de compor uma abordagem marxista pós-estruturalista. Nesse sentido, busca uma interpretação das experiências de investigação-acção e suas relações com processos e contextos mais amplos das reformas educativas, evidenciando seus limites e possibilidades. O autor também analisa os discursos presentes nas reformas conservadoras e nas políticas de controle da juventude e mostra como as escolas funcionam como máquinas de ensino. Analisa também as possibilidades das práticas educativas orientarem-se por discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

A avaliação educacional como objeto de recomendações internacionais.

Autora: Dirce Nei Teixeira de Freitas

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1223/1223.pdf>

Considerando que as recomendações de organismos internacionais operam como importantes referências político-ideológicas para a política educacional, este texto analisa o tratamento que foi dado ao tema avaliação educacional em documentos resultantes de fóruns mundiais e regionais e de comissões internacionais que trataram da questão educacional no período 1950-2000. O estudo evidenciou as alterações que ocorreram no conteúdo da recomendação da avaliação como recurso do Estado para conhecer e governar a educação básica em seu território.

SISTEMAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO E DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Autora: MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf>

A estruturação de Sistemas Nacionais de Avaliação e de Informação cumpre papel estratégico no processo de implementação de reformas educacionais, em especial, em países cujos sistemas de ensino caracterizam-se pela extrema descentralização político-institucional e heterogeneidade regional, como o caso do Brasil. Estes sistemas apresentam-se como ferramenta básica para o planejamento, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas, subsidiando a tomada de decisões.

Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades.

Autoras:

Sandra Zákia Sousa

Valéria Virgínia Lopes

<http://www.adusp.org.br/files/revistas/46/r46a09.pdf>

“Ao estabelecer a premiação ou o incentivo financeiro como mecanismo de gestão do sistema de ensino, fortalece-se a perspectiva da competição, minorando as possibilidades de cooperação e de construção de identidade de rede entre as escolas.”

O FUTURO DAS POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Autor: NIGEL BROOKE

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>

O artigo trata do surgimento da política em que a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos (accountability), e descreve os contornos e prováveis conseqüências das primeiras experiências no Brasil. Discute o contexto em que se produziram os exemplos mais conhecidos da política de responsabilização, na Inglaterra e nos Estados Unidos, com o propósito de avaliar se os resultados obtidos até agora no Brasil indicam a existência de condições para que ela se torne elemento central dos sistemas de gestão educacional nos estados. Os exemplos estudados são o Prêmio Educacional Escola do Novo Milênio – Educação Básica de Qualidade no Ceará, o Programa Nova Escola da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, e o Boletim da Escola da Secretaria de Educação do Estado de Paraná. A análise utiliza principalmente dados dos sistemas estaduais de avaliação de desempenho nas fórmulas empregadas para o cálculo das conseqüências para as equipes escolares, e chega à conclusão de que as condições políticas na maioria dos estados representam um empecilho à adoção extensiva dessa forma de responsabilização em um futuro próximo.